

ADRIANE PIAZZA

**ESTUDO SOBRE O INTERESSE DA SOCIEDADE CIVIL EM
RELAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE
ANTÔNIO PRADO - RS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul

Orientador: Prof. Ms. Eduardo Tomedi Leites

Caxias do Sul

2011

APROVAÇÃO

ADRIANE PIAZZA

ESTUDO SOBRE O INTERESSE DA SOCIEDADE CIVIL EM RELAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO - RS

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Banca examinadora:

Presidente/orientador

Prof. Ms. Eduardo Tomedi Leites - UCS

Examinadores

- UCS

- UCS

Trabalho apresentado e aprovado pela banca examinadora em ____/____/____

DEDICATÓRIA

A todos que estiveram ao meu lado me incentivando, que acreditaram no meu potencial e que contribuíram para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Ms. Eduardo Tomedi Leites, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia, e ao Prof. Paulo Tiago Cardoso Campos, que me conduziu na elaboração do projeto. Agradeço à minha família e ao meu namorado Renato, pelo amor, compreensão e apoio dedicados, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

PENSAMENTO

Quem sabe concentrar-se numa coisa e insistir nela como único objetivo, obtém, ao fim e ao cabo, a capacidade de fazer qualquer coisa. (Mahatma Gandhi)

RESUMO

Vivemos em constante movimento e não se pode deixar de observar o que acontece ao nosso redor. Às vezes, com simples ações conseguimos dar novos rumos aos acontecimentos do nosso cotidiano. Acompanhar uma prestação de contas e participar de uma assembléia pode significar mudanças de planos e economia de verbas públicas que podem ser transferidas para outra área que necessite de recurso. Mas, para que a prestação de contas ocorra, ela precisa antes ser elaborada, e o orçamento público tem essa responsabilidade, pois ele é uma peça fundamental para o controle das contas públicas, e tudo que é realizado na entidade pública é amparado por lei. O administrador público é observado constantemente, pois todas as suas atitudes são fiscalizadas através da LC 101/2000 que trata da responsabilidade na gestão fiscal, e essa lei tem como pilares ou alicerces de sustentação o planejamento, a transparência, o controle e a sanção, sendo que são esses pilares que dão suporte para deter qualquer desvio de dinheiro público. Os balanços e relatórios públicos também são amparados por lei e ambos têm normas e prazos a serem seguidos, tanto na sua publicação como na elaboração. Diante do exposto, esse trabalho tem o intuito de verificar qual o interesse da sociedade civil em relação à prestação de contas do município de Antônio Prado e, se a sociedade, está a par do que acontece na gestão pública, através de um questionário aplicado à sociedade civil. De fato esse estudo contribuiu para demonstrar que a maioria da população está ciente e acompanha o que acontece com os recursos destinados à população, pois grande parte já ouviu falar em prestação de contas, mas nem todos têm interesse em saber o que acontece com as verbas destinadas ao município, já que todo o dinheiro deve ser destinado ao bem comum.

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Balanços e relatórios públicos. Lei de Responsabilidade Fiscal. Prestação de contas. Sociedade civil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico da idade dos entrevistados	48
Figura 2: Gráfico da escolaridade dos entrevistados	49
Figura 3: Gráfico referente à ligação com a administração pública	49
Figura 4: Gráfico referente ao cargo de quem tem ligação com a administração pública	50
Figura 5: Gráfico referente à questão, “você já ouviu falar em prestação de contas”	50
Figura 6: Gráfico referente ao acompanhamento da prestação de contas.....	51
Figura 7: Gráfico referente à forma utilizada para acompanhar a prestação de contas.....	51
Figura 8: Gráfico referente ao motivo que leva a acompanhar a prestação de contas.....	52
Figura 9: Gráfico sobre o conhecimento de contabilidade pública	52
Figura 10: Gráfico sobre a forma que adquiriu o conhecimento sobre contabilidade pública.....	53
Figura 11: Gráfico referente à utilização dos relatórios contábeis.....	53
Figura 12: Gráfico referente a quais relatórios são utilizados	54
Figura 13: Gráfico referente ao motivo de não usar os relatórios contábeis	54
Figura 14: Gráfico referente à participação em assembleias	55

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Três poderes da União	24
Quadro 2: Demonstrativos do RREO referente aos Municípios	40
Quadro 3: Demonstrativos do RREO referente aos municípios com população inferior a 50.000 habitantes.....	41
Quadro 4: Demonstrativos do RGF	42
Quadro 5: Demonstrativos da profissão da sociedade.....	48

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

FAMURS - Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional

LC – Lei Complementar

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária

RS – Rio Grande do Sul

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	13
1.2 QUESTÃO DE PESQUISA	14
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	14
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	14
1.4 METODOLOGIA	14
1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO	15
2 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL.....	17
2.1 INTRODUÇÃO	17
2.2 A EVOLUÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA	17
2.3 A EVOLUÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA	19
2.4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA	20
2.5 SOCIEDADE CIVIL	21
3 CONTABILIDADE.....	23
3.1 CONTABILIDADE PÚBLICA	23
3.1.1 <i>Contabilidade Pública e Contabilidade Privada</i>	23
3.1.2 <i>Órgãos do poder público</i>	24
3.2 BALANÇOS PÚBLICOS.....	25
3.2.1 <i>Balanco Orçamentário</i>	26
3.2.2 <i>Balanco Financeiro</i>	27
3.2.3 <i>Balanco Patrimonial</i>	28
3.2.4 <i>Demonstração das Variações Patrimoniais</i>	29
3.2.5 <i>Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Econômico e Notas Explicativas</i>	30
4 ORÇAMENTO PÚBLICO E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL	31
4.1 ORÇAMENTO PÚBLICO	31
4.2 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	32

4.2.1	<i>Plano Plurianual - PPA</i>	32
4.2.2	<i>Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO</i>	33
4.2.3	<i>Lei do Orçamento Anual - LOA</i>	34
4.3	RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL	34
4.3.1	<i>Planejamento</i>	35
4.3.2	<i>Transparência</i>	36
4.3.3	<i>Controle</i>	37
4.3.4	<i>Sanção</i>	37
4.3.5	<i>Relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal</i>	38
5	ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO	44
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	44
5.1.1	<i>Histórico</i>	44
5.1.2	<i>Localização</i>	45
5.1.3	<i>População</i>	45
5.1.4	<i>Produto Interno Bruto - PIB</i>	46
5.2	COLETA DOS DADOS	47
5.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	47
6	CONCLUSÃO	56
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
	ANEXO A: QUESTIONÁRIO APLICADO À SOCIEDADE CIVIL	60
	ANEXO B: MODELO DE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONFORME A STN 665/2010	63
	ANEXO C: MODELO DE BALANÇO FINANCEIRO - CONFORME A STN 665/2010 65	
	ANEXO D: MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL - CONFORME A STN 665/2010	66
	ANEXO E: MODELO DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONFORME A STN 665/2010	68
	ANEXO F: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	71
	ANEXO G: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	73

1 INTRODUÇÃO

O cidadão brasileiro trabalha boa parte do ano para pagar seus impostos, e com isso espera que o ente público reverta esse pagamento em benefícios à comunidade, pois a administração pública tem que executar seus trabalhos visando sempre às necessidades coletivas, já que toda verba que entra nos cofres públicos tem como fim o bem estar da sociedade.

A Lei Complementar 101/2000, que trata da responsabilidade fiscal do ente público, fixa limites de gastos estabelecendo penalidades aos que não mantiverem o equilíbrio das contas, nas três esferas de governo. Tendo em conta isso, o administrador público não pode deixar dívidas para seu sucessor, visto que tem que demonstrar o que aconteceu com o dinheiro recebido, estando ciente que poderá ser punido caso haja algum desvio para uso próprio ou que não seja redistribuído da maneira que a lei estabelecer. Conforme nos demonstra Andrade (2008, p. 282):

A prestação de contas é o demonstrativo organizado pelo agente, entidade ou pessoa responsável, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesa, dos demonstrativos contábeis e seus anexos, que devem sofrer análises do ordenador de despesas, e que, se não encaminhada ao órgão responsável dentro do prazo preestabelecido, fará parte integrante de sua tomada de contas pelos órgãos fiscalizadores.

Esses demonstrativos são supervisionados pelo profissional contábil, visto que é ele que tem conhecimentos técnicos para remeter todos os relatórios obrigatórios gerados pelo município e a ele compete publicá-los. Isso engloba todo e qualquer gasto incorrido durante o mês. Se houver descumprimento de qualquer lei ou norma, o ente público é punido civil e criminalmente tendo essa mesma punição estendida ao profissional contábil, pois como portador de conhecimento não pode ser coparticipante de qualquer tipo de fraude ou desvio de dinheiro público.

É de extrema importância destacar o interesse da sociedade civil quando tratamos de prestação de contas, pois os administradores não têm somente leis e normas a seguir, como têm que enfrentar as cobranças da sociedade. Individualmente uma pessoa não tem muito poder, mas unida às outras pessoas (sociedade civil), forma uma organização e os efeitos dessa cobrança são bem maiores.

São estas colocações que o presente trabalho de pesquisa visa confirmar: A sociedade civil do município de Antônio Prado – RS acompanha ou não a prestação de contas, como ocorre a fiscalização desta prestação, e se a sociedade civil está engajada em manter-se a par do destino do dinheiro público, e quais as possíveis razões desse interesse por parte da mesma.

1.1 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

A escolha desse tema foi com o intuito de avaliar qual o verdadeiro interesse da população quando o assunto é a prestação de contas, pois todos nós, como cidadãos, temos o direito de saber onde os entes públicos investem o dinheiro arrecadado, já que a destinação do mesmo é de sua responsabilidade, e seu uso deve servir as necessidades da população.

Ao longo do trabalho analisar-se-á qual o interesse da sociedade civil, e quem de fato se interessa em cobrar dos entes públicos alguma satisfação, e por que busca saber informações referentes à prestações de contas, é por interesse próprio ou pela fiscalização do dinheiro, que chega aos cofres públicos através de verbas, cobrança de taxas ou pela arrecadação de impostos. Que razões históricas e políticas explicam esses comportamentos e essas atitudes.

Os entes públicos, da mesma forma que as empresas privadas, são obrigados a divulgar os demonstrativos contábeis de tudo que foi realizado em um determinado período, elaborados por um contador. Este é uma ferramenta importante para auxiliar a sociedade civil quando falamos de prestação de contas, pois como o contador tem o conhecimento contábil, ele pode auxiliar a sociedade na compreensão desses balanços.

Todo cidadão deveria saber o que se passa na administração pública, visto que os entes públicos foram eleitos por cada um de nós, e eles estão no poder somente para nos representar e fazer uso das verbas públicas em benefício de cada cidadão.

Neste sentido é que o presente trabalho será desenvolvido, acreditando que, se cada cidadão tiver um conhecimento maior do que acontece no dia-a-dia da entidade pública, conseguindo interpretar o que é publicado, teremos uma eficácia maior na hora de cobrar o que é de cada um junto ao ente público.

1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

Acompanham-se nos noticiários os aumentos nas taxas de juros, o sobe e desce da inflação e a alta carga tributária em constante movimentação. Diante disto espera-se verificar se existe interesse por parte da população em acompanhar a prestação de contas municipal e a importância que tem o conhecimento ou não da sociedade nessa questão.

Isso posto, a questão de pesquisa para o estudo é: Qual a importância conferida pela sociedade civil à prestação de contas pública no município de Antônio Prado - RS?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 *Objetivo geral*

Verificar o interesse que a população pradense tem em relação à prestação de contas no município, através de um questionário cuja intenção é verificar se a sociedade está a par do que acontece na gestão pública, se tem conhecimento para interpretar os relatórios publicados, e se interfere na forma de administrar.

1.3.2 *Objetivos específicos*

- Demonstrar o referencial teórico sobre formação política e setor público do Brasil;
- Demonstrar os relatórios usados para a prestação de contas do município;
- Coletar dados empíricos para, em conjunto com o referencial teórico, construir conclusões para o problema de pesquisa;
- Avaliar esse conjunto de dados mediante o referencial teórico adotado com a finalidade de produzir conclusões para o problema de pesquisa.

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como pesquisa exploratória. Segundo Beuren (2006, p. 80) esse tipo de pesquisa só acontece quando não se tem muito

conhecimento sobre a temática a ser estudada, como esclarece: “Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”. Corroborando com Gil (1999 apud Beuren, 2006, p. 80) enfatiza que “a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”, acrescenta ainda que esse tipo de pesquisa seja utilizado quando “o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. A pesquisa será realizada em forma de coleta de dados através de questionários que venham esclarecer as questões deste projeto de pesquisa.

Quanto ao procedimento, será feita uma pesquisa descritiva, que visa descrever as relações entre variáveis dentro de um fenômeno, através da coleta de dados da seguinte forma: propõe-se o emprego de coleta de dados em campo, em forma de questionários feitos à sociedade civil, a fim de que se forme um conjunto adequado de dados empíricos para a produção das conclusões de pesquisa juntamente com as evidências teóricas levantadas na revisão de literatura.

Quanto à abordagem, a presente pesquisa configura-se como qualitativa e o método de abordagem adotado será o analítico-descritivo. Para entendermos melhor à abordagem, Richardson (1999 apud Beuren, 2006, p. 91) define que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Destaca ainda que essa abordagem pode “contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”. Quanto ao método de abordagem tem essa denominação, pois envolve o estudo e avaliação de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo serão apresentados alguns aspectos teóricos com relação à evolução da formação política na época da colonização, a fim de compreender melhor o comportamento da sociedade civil.

No segundo capítulo serão apresentados alguns aspectos referentes à organização política e social, juntamente com conceitos de sociedade civil para fins de controle das contas públicas em relação à prestação de contas.

No terceiro capítulo serão apresentados conceitos dos instrumentos de prestação de contas, como os balanços públicos, que são de publicação obrigatória da entidade pública, para em seguida fazer a aplicabilidade destes conceitos mediante os questionários.

No quarto e quinto capítulos serão apresentados os procedimentos metodológicos empregados na coleta de dados, bem como a contextualização do município, visando à análise e a discussão de resultados, confrontando com o resultado do referencial teórico adotado.

No sexto capítulo serão apresentadas as conclusões do referido trabalho, os pontos positivos e negativos, bem como as considerações finais encontradas após a aplicação do questionário, destacando se há ou não interesse pelo assunto abordado e a importância que o mesmo tem na sociedade civil.

2 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

Neste capítulo apresentam-se aspectos teóricos em relação à organização social e política, desde nossa independência, para entendermos melhor a maneira de pensar do povo da época e analisarmos como os costumes daquele tempo podem interferir na forma de a sociedade atual pensar e agir.

2.1 INTRODUÇÃO

“Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade”. É assim que Holanda (1995, p. 160) define nossa independência e evolução política e a total passividade da população brasileira ao que acontecia nesse cenário.

Holanda (1995, p.160) ressalta que nesse contexto, a sociedade civil estava apenas constatando as reformas e a evolução política, sem entender do que se tratava, já que os movimentos reformadores eram impostos de cima para baixo. A proclamação da independência foi realizada pela massa liberal, e não teve a repercussão desejada, pois a população menos privilegiada ficou assistindo tudo sem nada entender, já que a reforma partiu da iniciativa de famílias ricas e poderosas da época.

2.2 A EVOLUÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

De acordo com Prado Júnior (2000, p. 22) podemos dizer que a colônia brasileira existia somente para servir aos europeus: “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto.”

Ainda sobre essa questão Prado Júnior (2000, p. 22) demonstra:

É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bom como as atividades do país. Virá o branco

européu para especular, realizar um negócio: inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados.

Cardoso (1993, p. 50-51) relata sobre o movimento de 1964, e define que não foi nem um golpe nem uma revolução, o que ocorreu foi a “intervenção dos militares que interrompeu a vigência de um governo constitucionalmente estabelecido”.

Os que desfecharam o golpe alegavam a qualidade revolucionária da instauração do novo governo (embora não se referissem de início a um novo regime) dizendo que a base social do movimento militar fora ampla, como as passeatas que antecederam a revolta militar demonstraram. Nelas se vira uma impressionante mobilização da classe média acomodada e dos setores politicamente ativos do empresariado e da oligarquia agrária. Os perdedores não acreditavam na argumentação, alegando que apesar da mobilização urbana em favor do golpe, ele fora desfechado quando o apoio das massas ao presidente Goulart estava aumentando. Portanto, as passeatas e a mobilização política contra o governo tinham mais o caráter de uma contra-ofensiva política do que de um movimento revolucionário.

Ainda sobre essa questão Cardoso (1993, p. 52-53) define que o regime que acabou em 1964 representa uma

Rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente. Neste sentido, não fosse para evitar confusão semântica e a manipulação política óbvia que ela permite, seria correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter consequências “revolucionárias”, no plano econômico.

Holanda (1995, p. 172 -173) relata o momento em que cai a produção agrária e aumenta a evolução do predomínio urbano.

Podemos considerar dois movimentos simultâneos e convergentes através de toda a nossa evolução histórica: um tendente à dilatação a ação das comunidades urbanas e outro que restringe a influência dos centros rurais, transformados, ao cabo, em simples fontes abastecedoras, em colônias das cidades. Se fatores especiais favorecem o primeiro desses movimentos, não há dúvidas que ele só se acentuou definitivamente com a perda de resistência do agrarismo, antes soberano, e, depois, com o definhamento das condições que estimularam a formação entre nós de uma aristocracia rural poderosa e de organizações não urbanas dotadas de economia autônoma.

A economia brasileira é resumida no momento em que o país consegue sua libertação política e administrativa, já que todos os recursos naturais eram usados

para proveito do comércio europeu, conforme é definido por Prado Júnior (2000, p. 102-103):

Não se chegara a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada; mas ficara-se, modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento.

Até o presente momento, destacou-se a evolução econômica. No item a seguir vamos relatar a evolução política brasileira. Este item é muito importante, pois destaca a cultura imposta pelos colonizadores.

2.3 A EVOLUÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Conforme Prado Júnior (1957, p. 29), “sempre, na primeira linha, estão os interesses dos grandes proprietários rurais. É destes, portanto, e só destes, o poder político da colônia.” Era assim em meados do século XVII, onde os senhores rurais tinham uma organização política muito forte, tendo assim o domínio do poder, explorando o trabalho da população, sonogando impostos e estando acima de qualquer limite imposto pela Coroa.

Prado Júnior diz ainda (1957, p. 40):

A nossa evolução política segue, portanto passo a passo a transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVII. Essa transformação, que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual da nossa autonomia local do primeiro século e meio de colonização. Desloca-se a autoridade das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para as da Coroa portuguesa. E é nesta que ela se vai consolidar.

Ainda sobre essa questão, podemos perceber a queda gradativa das Câmaras, e elas são substituídas pela soberania absoluta dos governadores. Segundo Prado Júnior (1957, p. 40), “no correr do século XVIII só existe na colônia uma autoridade: a da metrópole portuguesa”.

Para Faoro (2000, p. 234), o mundo da colônia define-se como “o paraíso dos enganados de Pero Vaz de Caminha, no curso de três séculos, se converte no inferno

da cobiça e da exploração, domínio altaneiro de ultramar, gozo, riqueza sem redistribuição, tomada dos frutos do trabalho sem suor”.

Mas o equilíbrio político do regime colonial foi quebrado, pois “a autonomia local, representada pela autoadministração dos colonos e a sujeição administrativa, representada pelo poder soberano da Coroa portuguesa,” Prado Júnior (1957, p. 41), entraram em conflito por interesses nacionais, levando assim à nossa emancipação política.

Nos capítulos anteriores vimos nossa evolução econômica e política, a partir de agora vamos desenrolar como surgiu a organização social e política brasileira, visto que é um item importante na definição ou não do interesse da população em relação à prestação de contas.

2.4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA

Prado Júnior (1994, p. 341) relata que nossa organização social e política eram formadas sem nenhuma coerência, por uma população desenraizada, pois, “raças e indivíduos mal se unem, não se fundem num todo coeso: justapõe-se antes uns aos outros; constituem-se unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam”.

Para Prado Júnior (1994, p. 341), de um lado há os grandes produtores rurais e a mineração, e do outro lado a economia de subsistência, elementos fundamentais para a evolução social brasileira: “de um lado uma organização estéril no que diz respeito a relações sociais de nível superior; doutro, um estado, ou antes, um processo de desagregação mais ou menos adiantado”.

A pressão imposta pela ação soberana da metrópole portuguesa trouxe o enfraquecimento do país, pois “não brotou do íntimo da sociedade brasileira, incapaz de tal criação, mas lhe é imposta do exterior, continuando a exercer sobre ela o mesmo tipo de pressão que o daquela”, conforme Prado Júnior (1994, p. 345).

Faoro (2000, p. 177) define a organização política como sendo, “sociedade aristocrata, fixada no estamento, em luta surda e tenaz contra a mercancia, que, incapaz de se tornar independente, adere aos valores da nobreza, aos seus costumes e à sua ética”.

Holanda (1995, p. 178) relata que a separação da política e da vida social atingiu uma distância enorme para a evolução política brasileira

A força da alheação da realidade à política chegou ao cúmulo absurdo, constituído em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquistas e a conversão de posições.

Faoro (2000, p. 185), define bem a ação do povo brasileiro da época, “o povo não delibera e, quando delibera, restrito a uma parcela pouco numerosa, se embaraça, na ação, dentro das redes do sistema político geral.”

A presente seção esclarece como as pessoas se organizavam socialmente e economicamente, visando sempre ao interesse da população na questão política.

2.5 SOCIEDADE CIVIL

Dentre os principais usuários de informações contábeis ligadas ao setor público, podemos destacar a figura da sociedade civil. Silva (2003, p. 200) destaca os cidadãos como sendo “contribuintes, eleitores, usuários dos serviços (utentes), mídia (rádio, jornal, televisão), associações e grupos de defesa do cidadão e estudiosos de finanças públicas.”

Silva (2003, p. 201) relata ainda que “os grupos dos cidadãos estão interessados nas demonstrações contábeis com o objetivo de avaliar as condições financeiras e a probabilidade de aumento de impostos ou de taxas e serviços”

As informações contábeis devem ser declaradas de forma que indique a real situação das contas, lembrando sempre que a transparência é fundamental, principalmente depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que isso melhora a relação entre o estado e a sociedade civil, conforme nos demonstra Silva (2003, p. 200):

Todo órgão de controle e auditoria do setor público devem ter sempre presente que para garantir a transparência é necessário que os relatórios contábeis e financeiros permitam avaliar as responsabilidades, seja pelo enfoque do Legislativo e do Tribunal de Contas, seja pelo enfoque do cidadão na qualidade de usuário dos serviços públicos.

Na contabilidade pública nada pode ser executado sem que esteja prescrito em lei, com isso o gestor público tem que demonstrar maior grau de transparência,

tendo por consequência um controle maior tanto dos órgãos fiscalizadores como da sociedade, conforme nos demonstra Andrade (2008, p. 10): “Verifica-se a importância de um controle externo rigoroso feito pelo povo, por legisladores e pelo órgão intitulado tribunal de contas.” Dessa forma com um controle mais rigoroso do dinheiro público, acabam ocorrendo menos desvios e esse dinheiro é revertido de maneira correta para a população.

3 CONTABILIDADE

Neste capítulo mostram-se os conceitos dos instrumentos utilizados pelo setor público para análise de balanços.

3.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade pública é o ramo da contabilidade que estuda ações e acontecimentos que ocorrem na administração pública com finalidade de realizar os serviços visando à satisfação das necessidades coletivas. Andrade (2008, p. 5) define contabilidade pública como sendo “uma especialização que registra, controla e estuda os atos e fatos administrativos e econômicos operados nos patrimônios de uma entidade pública”, visto que isso possibilita “a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, auferidos por sua administração e pelos usuários.” Acrescenta ainda que:

Seu objetivo não é proporcionar somente o registro e o acompanhamento permanente da situação da entidade em questão, mas fornecer uma ferramenta para a tomada de decisão com relação ao patrimônio da entidade, suas atividades envolvendo o início, o meio e o fim. É um importante elemento auxiliar de controle para o atingimento dos objetivos e finalidades e que permite constante autoavaliação e autocorreção administrativa.

Sendo assim, a contabilidade pública tem importância fundamental para auxiliar na tomada de decisão, acompanhando e auxiliando no controle do que ocorre na entidade pública.

3.1.1 *Contabilidade Pública e Contabilidade Privada*

A contabilidade pública e a privada são bem distintas e a maior diferença entre elas é explicada por Andrade (2008, p. 6). Na contabilidade privada “pode-se fazer tudo aquilo que a lei não proíbe”, ao contrário da contabilidade das instituições públicas, “pode-se fazer somente o que, por determinação legal, está ou foi expressamente permitido, ou melhor, deve-se efetuar previsão legal para se efetivar qualquer ação governamental.” Outro ponto divergente entre a contabilidade privada

e a pública é que na primeira o objetivo maior é a obtenção de lucros, já a outra tem por objetivo atender as necessidades coletivas, como explica Andrade (2008, p. 6)

Outra diferença marcante entre os ramos da contabilidade privada e da contabilidade aplicada ao setor público é que, enquanto a primeira, após a formação de seu patrimônio, impulsionado pelas transações dos chamados capitais próprios e de terceiros, caminha em busca do chamado “lucro financeiro ou econômico”, na contabilidade aplicada ao setor público há a utilização de seu patrimônio, em razão dos objetivos sociais pretendidos, independentemente da geração de recursos ou resultados financeiros ou econômicos e, sim, intrinsecamente, preocupada com resultados sociais que beneficiem toda população ou grande parte dela. Deve-se lembrar que os recursos controlados pela contabilidade pública das instituições públicas são próprios ou advindos de fontes externas, mediante tributos e transferências legalmente estabelecidas.

Dessa forma, a contabilidade pública e a privada, distinguem-se basicamente pelo objetivo, a primeira não tem finalidade lucrativa e trabalha com o intuito de beneficiar toda a sociedade, já a segunda existe unicamente com a finalidade de obter lucro.

3.1.2 Órgãos do poder público

A administração pública está dividida em três poderes, sendo eles: poder legislativo, executivo e judiciário, pois não há como centralizar todas as obrigações somente em um poder, já que a gama de tarefas é ampla. Divididos em grupos menores o objetivo é alcançado com maior facilidade.

Níveis	Poderes		
	Legislativo	Executivo	Judiciário
Federal	- Senado Federal - Câmara dos Deputados - Tribunal de Contas Da União	- Presidência da República - Ministérios	- Supremo Tribunal Federal - Superior Tribunal de Justiça - Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais - Tribunais e Juízes do Trabalho - Tribunais e Juízes Eleitorais - Tribunais e Juízes Militares - Ministério Público da União
Estadual	- Assembléia Legislativa - Tribunal de Contas do Estado	- Gabinete do Governador - Secretarias de Estado	- Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal - Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal
Municipal	- Câmara dos Vereadores - Tribunal de Contas do Município ou Tribunal de Contas do Estado	- Gabinete do Prefeito - Secretarias Municipais	

Quadro 1: Três poderes da União

Fonte: Slomski (2008 p. 360)

Slomski (2008, p. 360) nos demonstra no quadro 1, um resumo de cada esfera desses poderes da administração pública municipal.

Fica mais fácil a compreensão na hora de analisar os balanços ou interpretar uma informação quando temos bem definido o que cada esfera comporta.

3.2 BALANÇOS PÚBLICOS

Pode-se destacar uma grande diferença entre a contabilidade pública e a privada. Na contabilidade privada o resultado econômico do exercício é denominado de lucro ou prejuízo, pois lucro resulta no acréscimo patrimonial da empresa, e o prejuízo resulta na diminuição patrimonial. Já na contabilidade pública o resultado econômico do exercício é conhecido como superávit ou déficit, se o resultado for positivo denomina-se superávit que é o excesso da receita sobre a despesa, quando o resultado for negativo denomina-se de déficit que é a deficiência de receita sobre as despesas. A contabilidade pública não pode ter lucros ou prejuízos, já que toda atividade estatal gira em torno da satisfação da necessidade pública.

Os balanços contábeis relativos à contabilidade pública podem ser encontrados nas normas brasileiras de contabilidade NBC T 16 – Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis e na Lei 4.360/64 capítulo IV – dos balanços.

Silva (2003, p. 343) relata a importância dos balanços bem elaborados, pois são instrumentos que “objetivam prestar contas à população, devem obedecer aos princípios básicos da clareza, integridade e sinceridade, pois só assim estaremos democratizando as informações e praticando o princípio da evidência¹.”

Kohama (1991 apud Andrade, 2008, p. 256) nos define os balanços como sendo “a apuração da situação de determinado patrimônio, em determinado instante, representada sinteticamente num quadro de duas seções: Ativo e Passivo”.

Para a avaliação de classificação dos balanços contábeis temos o contador que é a pessoa que tem conhecimento quanto à análise e interpretação dos mesmos, conforme o art. 85 da Lei 4320/64

¹ Conforme Ludicibus (2004, p. 129) [...] é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidência podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informações para o usuário.

Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Segundo a NBC T 16.6 há várias formas de divulgar as demonstrações contábeis, conforme descritas no item 9:

a) a publicação das Demonstrações Contábeis na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades; b) a remessa das Demonstrações Contábeis aos órgãos do controle interno e externo, das associações e conselhos representativos; c) a comunicação de que as Demonstrações Contábeis estão à disposição da sociedade em local e prazos indicados; e d) a disponibilização nos meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

Ainda sobre a NBC 16.6, a mesma é composta pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, sendo acrescida de duas novas demonstrações, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Resultado Econômico. Isso exige a elaboração de Notas Explicativas.

Falaremos um pouco de cada balanço contábil que é de obrigação dos órgãos públicos municipais. Iniciando pelo balanço orçamentário que é um demonstrativo onde se menciona o planejamento e a execução dos planos.

3.2.1 Balanço Orçamentário

Conforme o art. 102 da Lei nº 4.320/64 o balanço orçamentário demonstrará “as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”. Esse modelo de balanço se encontra no anexo nº 12 dessa mesma lei, e no anexo B desse trabalho.

Kohama (2006, p. 16) considera o balanço orçamentário como sendo um quadro de contabilidade em que estão duas seções, “em que se distribuem não só as receitas previstas no orçamento, como também as realizadas” em confronto com as “despesas fixadas e as realizadas, igualando-se as somas opostas com os resultados, o previsto e o realizado, e o déficit ou superávit.”

Para a NBC T 16.6 “o Balanço Orçamentário tem por objetivo evidenciar o orçamento inicial, suas alterações, incorporações de superávit e suas reestimativas, confrontando-os, individualizadamente, com a execução da receita e da despesa”.

Segundo a LC nº 101/00, art. 52, I, o Balanço Orçamentário especifica por categoria econômica, as: “a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada; e b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo”.

Com isso pode-se dizer que o balanço orçamentário faz a comparação entre as receitas e despesas previstas comparando com as realizadas, encontrando assim o déficit ou superávit das contas assim descritas.

No contexto a seguir, será demonstrado o balanço financeiro que ao contrário do orçamentário, tem sua característica voltada para o Controle cuja finalidade diz respeito aos atos e funções específicas da gestão de controle.

3.2.2 *Balanço Financeiro*

Segundo o art. 103 da Lei nº 4.320/64 o balanço financeiro evidenciará a “receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária², conjugados com os saldos em espécie provenientes de exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte”. Ainda, em sequência desse artigo, temos o complemento pelo parágrafo único que relata que “os Restos a Pagar³. do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.” Esse modelo de balanço se encontra no anexo nº 13 dessa mesma lei, e no anexo C desse trabalho.

Kohama (2006, p. 19) define como sendo o balanço financeiro, um quadro de contabilidade distinto em duas seções, “receita e despesa, em que se distribuem entradas e saídas de numerários, demonstram-se as operações de tesouraria e de dívida pública e igualam-se as duas somas com os saldos de caixa (disponível), o inicial e o existente.” Dessa forma, o balanço financeiro demonstra as despesas e

² Segundo o site do tesouro nacional, extra-orçamentária são valores provenientes de toda e qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

³ Despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de Dezembro, que é o final do exercício financeiro.

receitas orçamentárias, bem como as extra-orçamentárias, tendo também os valores de saldo do exercício anterior sendo transferidos para o saldo seguinte.

Para a NBC T 16.6 o balanço financeiro explica a movimentação de disponibilidade da entidade no período relativo, “evidenciando: a receita orçamentária arrecadada; a despesa orçamentária paga; os recebimentos e os pagamentos extra-orçamentários; e o saldo inicial e o saldo final das disponibilidades.”

Até aqui podemos perceber que o balanço financeiro trata com mais exclusividade da entrada e saída de dinheiro, ao contrário do balanço patrimonial que trata das modificações qualitativas ou quantitativas do patrimônio público, conforme demonstrado a seguir.

3.2.3 *Balanço Patrimonial*

Conforme o art. 105, inciso I ao VI da lei nº 4.320/64 o balanço patrimonial demonstrará: “o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação.” Esse balanço se encontra no anexo nº 14 dessa mesma lei, e no anexo D desse trabalho. Ainda dentro do art. 105, § 1º ao 5º, exemplificaremos cada item acima:

§ 1º O ativo financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. § 2º O ativo permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. § 3º O passivo financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independa de autorização orçamentária. § 4º O passivo permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. § 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

O balanço patrimonial está dividido em ativo e passivo e desmembrado em grupos, sendo eles: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente, saldo patrimonial e as contas de compensação. Com isso pode-se analisar facilmente o saldo contábil de cada conta.

Conforme a NBC T 16.6 o balanço patrimonial está estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, e tem como objetivo demonstrar qualitativa e

quantitativamente a situação do patrimônio da entidade pública, sendo o Ativo englobando as disponibilidades, os bens e direitos, o Passivo compreendendo as obrigações, as contingências e as provisões, e no Patrimônio Líquido demonstrado o resultado atual juntamente com os resultados dos exercícios anteriores.

Como vimos, o balanço patrimonial demonstra as modificações ocorridas no patrimônio, e a Demonstração das Variações Patrimoniais segue a mesma linha, porém seu objetivo é indicar o resultado patrimonial do exercício para os atos e funções do controle das contas.

3.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

Conforme o art. 104 da Lei nº 4.320/64 a demonstração das variações patrimoniais “evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício”. Esses balanços podem ser encontrados no anexo nº 15 dessa mesma lei, e no anexo E desse trabalho.

Kohama (2006, p. 24) esclarece o conceito das demonstrações:

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Nela são demonstrados os registros de sistema patrimonial, evidenciando a movimentação ocorrida no patrimônio, resultante de alterações nos valores de qualquer dos elementos do patrimônio público, por alienação, aquisição, dívida contraída, dívida liquidada, depreciação ou valorização, amortização, superveniência, insubsistência, efeitos da execução orçamentária e resultado do exercício financeiro.

Segundo a NBC T 16.6 a demonstração das Variações Patrimoniais “tem por objetivo apurar o resultado patrimonial e evidenciar as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas resultantes e independentes da execução orçamentária”

Conforme descrito, as variações das demonstrações contábeis comprovarão as alterações verificadas no patrimônio, e indicarão o resultado patrimonial do exercício. O balanço é dividido em: resultantes da execução orçamentária, mutações patrimoniais e independentes da execução orçamentária.

Conforme demonstra a NBC T 16.6 além dos balanços acima citados há mais três relatórios que devem ser publicados juntos com essas demonstrações. São

eles: Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Econômico e as Notas Explicativas.

3.2.5 Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Econômico e Notas Explicativas

Segundo a NBC T 16.6 a Demonstração do Fluxo de Caixa deve evidenciar pelo menos os três grandes grupos, o fluxo de caixa das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

- a) o primeiro deve compreender o desembolso relacionado à ação pública, e os que não se classificam como investimentos ou financiamentos.
- b) o Fluxo de Caixa dos investimentos deve incluir os fluxos de recursos que tenham relação com aquisição e alienação de ativo não-circulante.
- c) já o Fluxo de Caixa dos financiamentos deve incluir todos os recursos relacionados à captação e amortização de empréstimos e financiamentos.

A demonstração do Resultado Econômico evidencia o resultado econômico, em cada nível de prestação de serviço, fornecimento de bens ou produtos pela entidade pública. A receita econômica é o valor medido a partir dos benefícios futuros gerados à sociedade pela ação pública, obtido por meio da multiplicação da quantidade de serviços prestados, bens ou produtos fornecidos, pelo custo de oportunidade⁴.

As Notas Explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, bem como os eventos subsequentes ao encerramento do período a que se refere.

⁴ Segundo a NBC T 16.6: Custo de oportunidade é o valor que seria desembolsado na alternativa desprezada de menor valor, entre aquelas consideradas possíveis para a execução da ação pública.

4 ORÇAMENTO PÚBLICO E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL

Neste capítulo apresentam-se os conceitos de orçamento público, uma ferramenta importante para o controle das contas públicas, juntamente com os relatórios obrigatórios que a entidade pública tem que apresentar.

4.1 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público brasileiro tem por base as seguintes legislações: Lei 4.320/64 complementada pela portaria 42/99, pela Constituição Federal de 1988 (art. 165 a 169) e pela Portaria Interministerial nº 163/2001.

O orçamento não é apenas uma contabilidade de previsão de receita e fixação de despesas, segundo Andrade (2008, p. 37) “ele é maior e atinge grande número de pessoas, expressando as políticas desenvolvidas pela entidade pública, os interesses que neles predominam e os setores beneficiados.” Sendo assim o orçamento é uma peça fundamental para o controle das contas e propicia uma melhor distribuição de renda, já que o controle é bem maior.

Conforme Mileski (2003), o orçamento público foi criado devido à necessidade de controlar as atividades financeiras, por determinado período de tempo, visto que é o Estado que controla todos os recursos financeiros incluindo todas as entradas e saídas de verbas públicas. Mileski (2003, p. 45) complementa ainda que o orçamento público:

[...] trata-se do principal instrumento de exercício do poder intervencionista, na medida em que, pelo orçamento público, efetivou-se uma intervenção na vida política, econômica e social do Estado, com influência na vida de cada cidadão. É por meio do orçamento público que o Estado pode proceder a uma redistribuição de renda, aumentando ou reduzindo a carga tributária.

Com isso temos uma definição legal no art. 2º da Lei 4.320/64 que cria e controla os orçamentos e balanços das três esferas do governo, sendo que a Lei do Orçamento “conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecendo aos princípios de unidade, universalidade e anualidade.”

4.2 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Segundo Mileski (2003, p. 59) o planejamento é um processo continuado e sua estrutura “compreende o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, cabendo a cada um deles uma função predeterminada e interligada, no sentido de ser alcançada a satisfação das necessidades públicas”

O planejamento deveria ser o ato mais importante da administração pública, como relata Mileski (2003), mas muitas vezes é inexistente, dificultando a tomada de decisão, realizando muitas vezes programas inadequados, não alcançando o objetivo que é a satisfação da necessidade coletiva.

Na administração pública pode-se alterar a estrutura da organização, através de legislação própria, mas para poder administrar é preciso que haja uma hierarquia nos processos de programa do orçamento, como nos mostra Andrade (2008, p. 20)

Atrelados aos Princípios do Processo de Planejamento, como instrumento de planejamento, a própria Constituição Federal, em seu art. 165, fixa a hierarquia dos processos de planejamento do orçamento como: Plano Plurianual: instrumento que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada; Lei de Diretrizes Orçamentárias: compreende as metas e prioridades, além de orientar a elaboração da lei de orçamento anual; e Orçamento Anual: dispõe sobre a previsão da receita e fixação da despesa, contendo programas de ação do governo e os diversos tipos de despesas necessárias a cada um desses programas.

As leis acima descritas, apesar de serem distintas, formam um único instrumento de planejamento e controle.

4.2.1 Plano Plurianual - PPA

Mileski (2003, p. 54) define o Plano Plurianual como sendo um instrumento “técnico de planejamento essencial à política orçamentária do Estado, uma vez que orienta a elaboração dos demais planos e programas de governo. Nele se incluem as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual”. Esse orçamento tem validade por um período de 4 anos.

Ainda sobre a definição do Plano Plurianual, temos o conceito conforme a determinação da Constituição Federal no art. 165 § 1º, a lei que constituir o plano plurianual “estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da

administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

Esse plano é elaborado no primeiro ano de mandato do executivo, tendo por vigência quatro anos, sendo estendido ao primeiro ano do mandato executivo subsequente. Dessa forma, pode-se observar que a administração pública não vai ficar um ano sem planejamento, mas se foi mal planejado pelo exercício anterior a população acaba ficando prejudicada.

No que se trata de valores, não é obrigatório que sejam quantificados os valores estimados para os projetos, já que não existe lei específica para isso.

4.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Conforme Mileski (2003) a Lei de Diretrizes Orçamentárias se torna importante, pois é um complemento para o planejamento, conseguindo criar normas e procedimentos que auxiliam o PPA. Assim, ajuda na elaboração do orçamento anual, e aponta uma definição mais precisa das prioridades.

Conforme o art. 165 § 2º da Constituição Federal, temos uma definição mais clara de seu conceito.

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A vigência dessa lei é de um ano, sendo que o projeto de lei deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até oito meses antes do exercício financeiro (1º de Janeiro a 31 de Dezembro), para que o mesmo seja aprovado antes da Lei Orçamentária.

Ao contrário do PPA, quando tratamos de valores, é obrigatório que se especifiquem os valores estimados para os projetos.

Junto com a LDO, deve constar o anexo referente às Metas Fiscais. Esse anexo trata de estabelecer metas anuais referentes a receitas e despesas, resultados nominais e primários e montantes da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Deve conter também o Anexo de Riscos

Fiscais onde serão avaliados os riscos capazes de afetar as contas públicas. (LRF, art. 4º, §1º e §3º)

4.2.3 *Lei do Orçamento Anual - LOA*

Esse orçamento é o instrumento de ação para a execução dos planos de governo. É uma espécie de previsão dos recursos financeiros. Segundo Mileski (2003, p. 59) o orçamento é o componente “técnico que estabelece os meios para a realização dos fins estipulados nos planos de governo – previsão de recursos financeiros e sua utilização para o alcance das metas e objetivos estipulados.”

Conforme nos demonstra o art. 165 § 5º, I a III da Constituição Federal, o orçamento anual é formado por três orçamentos: o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos em empresas e o orçamento da seguridade social.

A lei de orçamento anual deve ser analisada e aprovada pelo poder Legislativo, sendo que o mesmo deve receber a proposta para análise no prazo que as Constituições ou Leis Orgânicas do município estabelecer, caso contrário permanece como proposta a Lei de Orçamento vigente, conforme consta no art. 32 da Lei 4.320/64.

Não podemos deixar de destacar que os gestores devem cuidar quando forem elaborar a proposta orçamentária, pois há limites estabelecidos quando a despesa for com pessoal, saúde e educação, visto que sempre devem atender aos conceitos legais e constitucionais.

4.3 RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL

A LC 101/2000 no seu artigo 1º “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”, as quais serão esclarecidos no § 1º desse mesmo artigo:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Devido à importância dessa questão de responsabilidade na gestão fiscal, a LRF traz em seus capítulos II e IX, toda parte de regramento quanto ao controle e a fiscalização das contas públicas. Nesses capítulos referentes à LRF, encontram-se os pilares ou alicerces de sustentação que servem de apoio para que a lei seja cumprida, dos quais cabe destacar o planejamento, a transferência, o controle e a sanção.

4.3.1 Planejamento

O planejamento tem a função de direcionar as ações dos governos, para que os mesmos procurem utilizar da maneira mais apropriada os recursos financeiros que estão disponíveis para o bem estar da população. Conforme Mileski (2003, p.54),

Em qualquer campo da atividade humana, especialmente os que envolvam a produção de bens e serviços, seja propiciando a geração de riquezas, seja para o atendimento do interesse coletivo, é imprescindível a utilização do planejamento, no sentido de que se possa haver uma utilização adequada e pertinente dos recursos materiais, humanos e financeiros e que possibilite uma ação racional com mais eficácia e eficiência, para o atingimento dos objetivos propostos.

É fato que os cidadãos estão cada vez mais exigentes. Diante da necessidade que se enfrenta de recursos, para se atender este alto grau de necessidades, o planejamento entra como ferramenta chave para os gestores analisarem de maneira correta onde aplicar os recursos, em busca de uma melhor qualidade na prestação dos serviços à população.

Dessa forma, pode-se observar que o planejamento é uma ferramenta básica para que a administração pública alcance o seu objetivo principal, que é o bem-comum.

O planejamento é abordado pela LRF através de seu capítulo II, tendo como instrumentos de planejamento a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual, conforme conceituação já definida anteriormente.

4.3.2 *Transparência*

Segundo o seu art. 48 a transparência é assegurada através da divulgação ampla dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, dos relatórios de prestação de contas com os respectivos pareceres prévios, relatórios resumidos de execução orçamentária e gestão fiscal, bem como das versões simplificadas de tais documentos, sendo essa divulgação inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público. (Art. 48 – LC 101/2000)

Através da Lei nº 9.755/99 ocorreu a primeira iniciativa para a divulgação em meios eletrônicos das informações de gestão pública, através de uma página na internet denominada Contas Públicas. Nesse site todos os municípios deveriam divulgar mensalmente as principais informações relacionadas à execução orçamentária e financeira das gestões.

Também nesse sentido Mileski (2003, p.103) relata que,

A transparência fiscal se revela como um mecanismo democrático que busca o fortalecimento da cidadania, servindo de pressuposto ao controle social e forma de valorar e tornar mais eficiente o sistema de controle das contas públicas, na medida em que enfatiza a obrigatoriedade de informação ao cidadão sobre a estrutura e as funções do governo, os fins da política fiscal adotada, qual a orientação para a elaboração e execução dos planos de governo, a situação das contas públicas e as respectivas prestações de contas.

Nesse sentido, a transparência é uma das garantias de que a administração está sendo eficaz, e que há uma boa interação entre a sociedade e o governo. A prestação de contas em si, sendo divulgada acaba incentivando a população a participar mais ativamente do município. Com essa participação da população os recursos acabam sendo aplicados onde há maior urgência de recursos, conseguindo priorizar as necessidades da população.

O conceito segue explicado no artigo 48 da LRF,

Parágrafo Único: A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Mas a população só consegue participar e se interessar pela prestação de contas, se o que está publicado é fácil para a interpretação e a análise dos cidadãos.

4.3.3 *Controle*

O controle também foi determinado pela LRF, e estabelece que seja verificado o cumprimento de todas as normas, limites e obrigações, para que todos os atos realizados pelos gestores sejam de sua responsabilidade e atendam aos interesses da sociedade.

A forma de controle das contas se encontra no art. 59 que destina a fiscalização para os órgãos de controle externo como os Tribunais de Contas a partir do poder Legislativo, com a ajuda também dos controles internos de cada poder.

Mileski (2003, p. 113) define que,

O controle assim realizado permite prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, na medida em que o acompanhamento da gestão fiscal das Administrações Públicas deve ser realizado bimestral, quadrimestral ou semestralmente por meio dos relatórios e demonstrativos parciais, na forma legal regulada. Ao final de cada exercício haverá a consolidação desses relatórios parciais, resultando a prestação de contas anual da gestão fiscal.

Esses relatórios gerados mostram o quanto se arrecadou de receitas e se executou de despesas, proporcionando a comparação desses dados com os limites estabelecidos pela LRF. Com isso tem-se, através do controle, um acompanhamento da execução do planejamento, demonstrando o alcance ou não das metas da administração pública e se estas estão adaptadas ao que determina a legislação.

4.3.4 *Sanção*

Não adiantaria nada existirem regras estabelecendo uma responsabilidade quanto ao planejamento, transparência e controle nos atos de gestão fiscal, se não houvesse a penalidade para quem viesse a descumprir tal regra.

A LRF dispôs em seu artigo 73 que as infrações aos dispositivos propostos serão punidas segundo o Decreto-lei 2.848/1940 (Código Penal), a Lei 1.079/1950 (Lei de Crimes de Responsabilidade), o Decreto-lei 201/1967 (responsabilidade dos

prefeitos e vereadores), a Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e as demais normas da legislação pertinente.

As penalidades que podem ocorrer por conta de infrações cometidas contra as leis de finanças públicas são avaliadas como sendo de natureza administrativa ou de natureza criminal. Pode-se citar como exemplo de uma infração de natureza administrativa a suspensão de transferências voluntárias⁵, ou seja, o município que descumprir os dispostos da LC 101/2000 no que diz respeito ao excesso do limite fixado na Lei para despesas com pessoal tem como penalidade a suspensão destas transferências. Já quanto as infrações de natureza criminal pode-se destacar exemplos como: assumir obrigação no último ano do mandato sem disponibilidade de caixa para o pagamento da despesa, ou ordenar despesa não autorizada por lei, ou realizar aumento da despesa total com pessoal no último ano do mandato.

Com a vigência da LC 101/2000, passou-se a ter mais fiscalização quanto ao desequilíbrio orçamentário e às operações realizadas pelos gestores irresponsáveis. Isso trouxe benefícios à população, pois todos os atos dos administradores públicos contra o patrimônio da população estarão passíveis de sanção criminal e administrativa.

4.3.5 Relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal

Além dos Balanços Públicos exigidos pela Lei 4.320/64, há também os relatórios exigidos pela LRF que são uma forma de controlar e verificar o que acontece com as contas contábeis, tendo sua publicação obrigatória e podendo perder verbas destinadas a diversas fontes caso a publicação não ocorra, como será analisado a seguir.

4.3.5.1 Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO

O RREO através da Lei Complementar 101/00 em seus artigos 52 e 53 regulamentam o § 3º do art. 165 da CF, no qual tratam da publicação do mesmo. O relatório atualmente é regulamentado pela Portaria STN nº 249/2010. Conforme

⁵ Art. 25 da LRF: entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou destinados ao Sistema Único de Saúde.

Andrade (2008) o relatório é de publicação obrigatória. Caso ela não ocorra no prazo previsto, o município pode não receber as transferências voluntárias. Também impede a contratação de operações de crédito, até a regularização do mesmo.

Andrade (2008, p. 116) relata ainda que, por ser um relatório de “transparência de gestão fiscal, a Lei Complementar nº 101/00 determinou que sua divulgação deve ser ampla, inclusive por meios eletrônicos de acesso público, ou seja, a internet.” Descreve ainda que:

O não encaminhamento dos Relatórios ao Tribunal de Contas sujeita o responsável ao pagamento de multa prevista nas leis orgânicas dos respectivos tribunais e ficam sujeitos a sanções diversas, tais como: a perda de cargo e a declaração de inelegibilidade⁶, em decorrência do que dispõe a Lei nº 8.429/92, Lei das Improbidades, e também do Decreto-lei nº 201/67, que trata do crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores.

Conforme evidencia o Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela STN 249 válido para o ano de 2011,

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO é exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A União já o divulga, há vários anos, mensalmente. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária do Governo Federal.

Para a elaboração do RREO, devem ser redigidos vários demonstrativos, entre eles o relatório referente à União, ao Estado e ao município. Como o foco do trabalho é destinado ao município, o mesmo terá mais destaque e esclarecimento quanto a sua publicação, conforme se mostra nos quadros 2 e 3.

Para uma melhor compreensão dos quadros a seguir, devemos analisar a coluna, “anexo” e a seguir o “período” para entendermos quando cada relatório deve ser publicado, visto que o administrador tem que observar com bastante cuidado essas datas, pois pode ser punido conforme visto anteriormente.

⁶Segundo a Constituição Federal: Inelegibilidade é o termo que se utiliza quando um candidato não tem condições de ser eleito.

PERIODICIDADE DE PUBLICAÇÃO	BIMESTRAL
ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
I	Balanço Orçamentário
II	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
III	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
V	Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
VI	Demonstrativo do Resultado Nominal
VII	Demonstrativo do Resultado Primário
IX	Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
X	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
XVII	Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
XVIII	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
PERÍODO	PRAZOS PARA PUBLICAÇÃO
Jan/Fev	Até 30 de março
Jan/Abr	Até 30 de maio
Jan/Jun	Até 30 de julho
Jan/Ago	Até 30 de setembro
Jan/Out	Até 30 de novembro
Jan/Dez	Até 30 de janeiro
PERIODICIDADE DE PUBLICAÇÃO	SEMESTRAL
ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
XVI	Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Saúde
PERÍODO	PRAZOS PARA PUBLICAÇÃO
Jan/Jun	Até 30 de julho
Jan/Dez	Até 30 de janeiro
PERIODICIDADE DE PUBLICAÇÃO	ANUAL
ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
XI	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
XIII	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
XIV	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
PERÍODO	PRAZO PARA PUBLICAÇÃO
Jan/Dez	Até 30 de janeiro

Quadro 2: Demonstrativos do RREO referente aos Municípios

Fonte: Manual de elaboração do RREO, portaria STN 249, de 2010.

PERIODICIDADE DE PUBLICAÇÃO	BIMESTRAL
ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
I	Balanço Orçamentário
II	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
X	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
PERÍODO	PRAZOS PARA PUBLICAÇÃO
Jan/Fev	Até 30 de março
Jan/Abr	Até 30 de maio
Jan/Jun	Até 30 de julho
Jan/Ago	Até 30 de setembro
Jan/Out	Até 30 de novembro
Jan/Dez	Até 30 de janeiro
PERIODICIDADE DE PUBLICAÇÃO	SEMESTRAL
ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
III	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
V	Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
VI	Demonstrativo do Resultado Nominal
VII	Demonstrativo do Resultado Primário
IX	Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
XVI	Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Saúde
XVII	Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
XVIII	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
PERÍODO	PRAZOS PARA PUBLICAÇÃO
Jan/Jun	Até 30 de julho
Jan/Dez	Até 30 de janeiro
PERIODICIDADE DE PUBLICAÇÃO	ANUAL
ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
XI	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
XIII	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
XIV	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
PERÍODO	PRAZO PARA PUBLICAÇÃO
Jan/Dez	Até 30 de janeiro

Quadro 3: Demonstrativos do RREO referente aos municípios com população inferior a 50.000 habitantes

Fonte: Manual de elaboração do RREO, portaria STN 249, de 2010.

Visto isso, pode-se concluir que todo relatório é de extrema importância, trata de assuntos distintos e tem um prazo a ser seguindo, com punição de perder verbas que seriam destinadas ao município até a regularização da situação.

4.3.5.2 Relatório de Gestão Fiscal – RGF

O RGF foi constituído através da Lei Complementar 101/00 e seus artigos 54 e 55 e foram regulamentados pela Portaria STN nº 249/2010.

Conforme evidencia o Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela STN 249 válido para o ano de 2011,

A Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, concernente às normas de finanças voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido Relatório de Gestão Fiscal pelos titulares do Poderes e órgãos.

Conforme Andrade (2008, p. 117) O relatório é de publicação obrigatória. Caso não ocorra a publicação no prazo previsto, o município pode não receber as transferências voluntárias, impossibilitando a contratação de operações de crédito, com exceção das remetidas para o refinanciamento do valor presente da dívida mobiliária, isso até a regularização do mesmo relatório.

Andrade (2008, p. 117) destaca ainda que,

O não encaminhamento ao Tribunal de Contas do Relatório de Gestão Fiscal nos prazos e condições estabelecidos sujeita o responsável – prefeito municipal ou Presidente da Câmara, conforme exigências dos tribunais de contas – ao pagamento da multa prevista no art. 5º da Lei nº 10.028/00, a qual corresponde a 30% dos vencimentos anuais do ordenador da despesa.

Para a elaboração do RGF, devem ser organizados vários demonstrativos constantes no quadro 4, elaborados conforme os relatórios referentes ao poder Executivo dos Municípios com população inferior a 50.000 habitantes.

DEMONSTRATIVOS	PERIODICIDADE DE PUBLICAÇÃO
Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal	Semestral
Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada	Semestral
Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	Semestral
Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito	Semestral
Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa	Annual
Anexo VI – Demonstrativo dos Restos a Pagar	Annual
Anexo VII – Demonstrativo Dos Limites	Semestral

Quadro 4: Demonstrativos do RGF

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Manual de Elaboração do RGF, portaria STN 249/2010.

O Poder Legislativo dos Municípios também deve divulgar o Relatório de Gestão Fiscal, e para os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes é facultada a divulgação semestral dos demonstrativos. Porém, se ultrapassar os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida, ficará sujeito aos mesmos prazos dos demais entes.

Os entes públicos mostram através da prestação de contas, o que acontece na entidade pública, visto que a prestação só ocorre através dos relatórios publicados. Os relatórios disponíveis no site do município são: o relatório resumido da execução orçamentária, o relatório de gestão fiscal e o balanço orçamentário. Os outros demonstrativos ficam à disposição na entidade pública no período preestabelecido pela lei. Por exemplo, como a publicação dos balanços é bimestral, o balanço de Janeiro e Fevereiro têm trinta dias para ser publicado, ou seja, têm prazo até dia 30 de março. Nesse caso, os balanços ficam expostos no mural da entidade do dia 30 de março a 30 de abril. Segundo a legislação, devem ficar expostos quinze dias, mas o município deixa à disposição trinta dias para a análise de toda a sociedade.

Pelos relatórios que ficam à disposição via internet já se consegue fazer uma análise do que acontece com as contas municipais. Será abordado no capítulo a seguir, com uma análise do município, juntamente com a análise do questionário aplicado à sociedade civil e suas devidas conclusões, para descobrirmos se a sociedade se interessa ou não pela prestação de contas municipal.

5 ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO

As informações contidas na contextualização do município foram retiradas de diversos sites, sendo eles, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o site da FAMURS – Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, e no site do município de Antônio Prado. Nesses sites são retratados um pouco da história e economia do município, assim descrito a seguir.

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Nesse capítulo será enfatizado um pouco da história, população, PIB e localização do município para entendermos melhor a análise do questionário posteriormente.

5.1.1 *Histórico*

A história do município de Antônio Prado inicia-se no final do século XIX, em 1880, quando o primeiro cidadão Simão David de Oliveira se estabelece à margem direita do Rio das Antas, vindo de São Paulo a pé, entrando em solo gaúcho pela cidade de Vacaria. Em 1886, foi aberto o primeiro atalho que dava acesso à nova cidade de Antônio Prado, conhecida como Passo do Simão, em homenagem ao primeiro cidadão ali estabelecido.

O então Imperador do Brasil, Dom Pedro II estabeleceu que, no período de 1886/1887, seria criado um centro de colonização às margens direita do Rio das Antas, mas como não sabiam como chamar aquele local, o Bacharel Manoel Barata Góis, engenheiro-chefe da Comissão de Medição de Lotes, sugeriu e solicitou que fosse dado o nome de Antônio Prado para a nova colônia, em tributo a Antônio da Silva Prado, um fazendeiro paulista Ministro da Agricultura da época, pois ele exercia uma importante influencia no Parlamento, visto que fora ele quem promovera a vinda dos imigrantes italianos ao Brasil, e instalara núcleos coloniais no Rio Grande do Sul.

A colônia de Antônio Prado foi fundada 1886. Com isso, começaram a ser abertas estradas, construídas balsas e casas, disponibilizado transporte para

locomoção da população. Tudo com verbas públicas destinadas à acomodação dos colonos da época.

Como a aglomeração de agricultores havia aumentado no ano de 1887, o governo construiu um grande barracão, intitulado “Casa do Imigrante”, para abrigar os imigrantes italianos e seus familiares. Em 1889, foi construída uma estrada que ligava o Passo do Simão à sede da então colônia. Nesse mesmo ano os colonos criaram uma cooperativa de consumo para facilitar o seu sustento.

A colônia de Antônio Prado no ano de 1890, deixa de fazer parte do Município de Vacaria, passando a ser 4º e 5º distritos em determinados períodos. Em 11 de fevereiro de 1899, Antônio Prado não faz mais parte de Vacaria, sendo emancipado pelo Governador do Estado, Dr. Júlio Prates de Castilhos.

5.1.2 Localização

O município de Antônio Prado está localizado na região Nordeste do Rio Grande do Sul, com uma distância aproximada de 184 km da capital, Porto Alegre. Tem como vias de acesso a BRS-116 e a ERS-122, e como municípios limítrofes, Ipê, Flores da Cunha, Nova Roma do Sul, São Marcos, Nova Pádua e Protásio Alves.

Hoje o município pertence à microrregião de Caxias do Sul e à mesorregião Nordeste Rio-grandense. Sendo considerada a cidade mais italiana do Brasil, com 48 edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional – IPHAN no ano de 1989, possuindo assim o maior e mais completo conjunto arquitetônico, em madeira, da imigração italiana no Brasil.

5.1.3 População

Segundo o censo/2010 Antônio Prado possui 12.833 habitantes, sendo 6.405 homens e 6.428 mulheres. Dentre eles, 9.235 residem na área urbana e 3.598 na área rural, sendo entre os homens 70,01% residentes na área urbana e 29,99% na área rural. Já, entre as mulheres, temos 73,91% residentes na área urbana para 26,09% residentes na área rural. Essas informações foram coletadas através de 4.826 domicílios recenseados, distribuídos em uma área da unidade territorial de 347,618 Km², com uma densidade demográfica de 36,92 hab./Km².

Atualmente, a população pradense tem à frente do poder Executivo, na administração pública, o prefeito municipal Sr. Marcos Scopel e o Vice-prefeito Sr. Volmir João Forlin. A câmara de vereadores, por sua vez, é composta por 10 representantes, tendo como presidente o Sr. Gilmar Soares.

5.1.4 Produto Interno Bruto - PIB

Segundo dados do IBGE, o município possui um PIB de R\$ 220.544.503 mil, e um PIB per capita de R\$ 105.576,28. Tem como despesa e receita orçamentária respectivamente R\$ 15.588.831,93 e R\$ 20.863.275,03. O PIB (Valor Adicionado) correspondente à agropecuária é de R\$ 31.299, e a indústria é de R\$ 61.528 e aos serviços é de R\$ 103.408.

Segundo a Federação das Associações de Municípios do RS – FAMURS, O Censo serve de base para o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outros recursos. O FPM é a principal fonte de receita, é constituído por 23,5% do IPI e do Imposto de Renda. Tem como critério de repasse aos Municípios o número de habitantes. A distribuição se dá por meio das faixas populacionais, cabendo a cada uma delas, um coeficiente individual que vai de 0.6 para Municípios até 10.188 habitantes a 4.0 para Municípios acima de 156 mil habitantes. O mesmo deve ser considerado com relação ao retorno do ICMS, já que a contagem populacional dos Municípios representa 7% no cálculo do valor a ser repassado às administrações municipais. O valor referente ao FPM em 2010 para o município foi de 6.956.465,34. Para o ano de 2011 o município recorreu à FAMURS, para a revisão do censo/2010 quanto ao número de habitantes.

O município se enquadra como médio-pequeno porte, observando-se a diminuição de população do ano de 2009 para 2010. Em 2009, segundo o censo, havia uma população de 14.274, com um coeficiente de 1 (um). Para uma população de 12.833, em 2010, o coeficiente é de (0,8). Com isso o município receberá menos recursos destinados a serviços básicos, como por exemplo, saúde e educação, pois quanto menor a população, menos recurso é distribuído para o município.

5.2 COLETA DOS DADOS

Para a obtenção dos dados, foram feitos questionários aplicados à sociedade civil, com o intuito de saber se a sociedade se interessa pela prestação de contas do município de Antônio Prado. Foram aplicados 105 questionários, 20 direcionados a pessoas ligadas à administração pública e os 85 restantes à sociedade civil de diversos ramos de atividade, com idades diversificadas e com variados graus de instrução.

As questões de pesquisa foram elaboradas contendo várias questões. Entre elas: idade, profissão e grau de instrução, sendo que com essas informações conseguimos traçar o perfil do questionado.

Após as questões de caráter inicial, foram analisadas as questões elaboradas para determinar o foco de pesquisa. Dentre as perguntas, foi questionado se o indivíduo é ligado à administração pública, se já ouviu falar em prestação de contas, se acompanha a prestação de contas, de que forma acompanha, por que acompanha, quais os conhecimentos que a pessoa tem sobre contabilidade pública para avaliar a prestação de contas e, se acompanha as assembleias que ocorrem na câmara de vereadores.

Mas o ponto principal do trabalho foi descobrir se o indivíduo utiliza os relatórios contábeis que são os Balanços Públicos, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. E se não utiliza, o por que não usa essa ferramenta que é a forma de entender claramente o que ocorre na administração pública. Para melhor visualizar o esquema do questionário, o mesmo se encontra no anexo A desse trabalho. E as respostas para todas essas perguntas serão expostas na análise dos dados no próximo capítulo.

5.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com a finalidade de descobrirmos se a sociedade civil tem interesse pela prestação de contas, vamos demonstrar a seguir, e em detalhes, o resultado do questionário. Quanto à idade, tivemos um maior índice entre a faixa etária de 20 a 29 anos num total de 40%, seguidos por 27,62% entre 30 e 39 anos de idade. Somada essas duas faixas, representam juntas 67,62% da amostra. Na figura 1 podemos visualizar o perfil dos entrevistados nesse quesito.

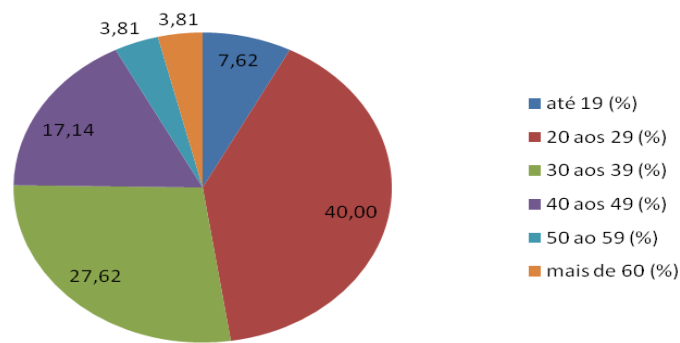


Figura 1: Gráfico da idade dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Quanto à profissão exercida pelos entrevistados, a pesquisa demonstrou-se bastante segmentada. São 20% ligados à administração pública e os 80% restantes são de variados ramos, como empresários, auxiliares de produção, auxiliares de escritório, analistas fiscal, financeiro e contábil, mecânicos, balconistas conforme demonstrado no quadro 5.

Profissão	Quantidade	%
Agricultor	2	1,90
Analista Contábil/Fiscal	9	8,57
Analista financeiro	9	8,57
Aposentado	3	2,86
Auxiliar de escritório	6	5,71
Auxiliar de produção	7	6,67
Balconista	4	3,81
Bancário	3	2,86
Cabeleireiro	2	1,90
Carteiro	2	1,90
Comerciante	4	3,81
Contador	3	2,86
Economista	1	0,95
Empresário	5	4,76
Encarregado de produção	4	3,81
Engenheiro	2	1,90
Estudante	2	1,90
Farmacêutico	3	2,86
Mecânico	3	2,86
Nutricionista	2	1,90
Professora	3	2,86
Secretária	4	3,81
Securitária	2	1,90
Servidor Público	20	19,05
Total	105	100

Quadro 5: Demonstrativos da profissão da sociedade

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Quanto à escolaridade, temos uma gama bem variada, 30,48% dos entrevistados estão cursando o ensino superior, 22,86% têm o ensino superior completo e 28,56% têm o ensino médio. Os demais estão divididos em pós-graduação, ensino fundamental e cursos técnicos, conforme demonstra a figura 2.

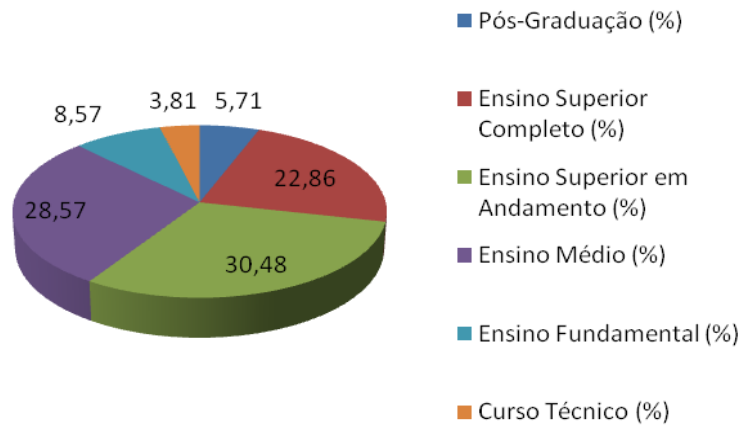


Figura 2: Gráfico da escolaridade dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

O perfil traçado nesta pesquisa demonstra que a maior parte dos entrevistados tem idade entre 20 e 39 anos, trabalha-nos mais diversos ramos de atividade e possuem pelo menos em sua predominância um grau de instrução acima do ensino médio, ou seja, é uma pessoa que tem condições mínimas de entendimento e interpretação. Quanto à ligação com a administração pública, temos 19,05% que são ligados à administração e 80,95% que não têm ligação com a mesma, conforme figura 3. Essa pergunta permite ao estudo utilizar uma variável de controle, separando esses dois grupos de pessoas para não haver um viés no estudo. Partindo do pressuposto teórico de que esse grupo tem ligação direta com a administração, os mesmos teriam maior interesse e acesso às informações.

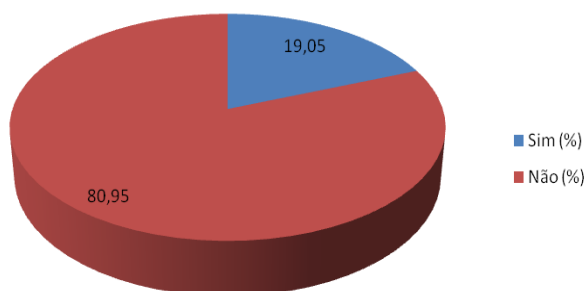


Figura 3: Gráfico referente à ligação com a administração pública

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Quanto aos cargos de cada servidor público, 40% são escriturários, 15% são cargos de comissão, 10% são do setor fiscal, e o restante está dividido em várias áreas conforme figura 4.

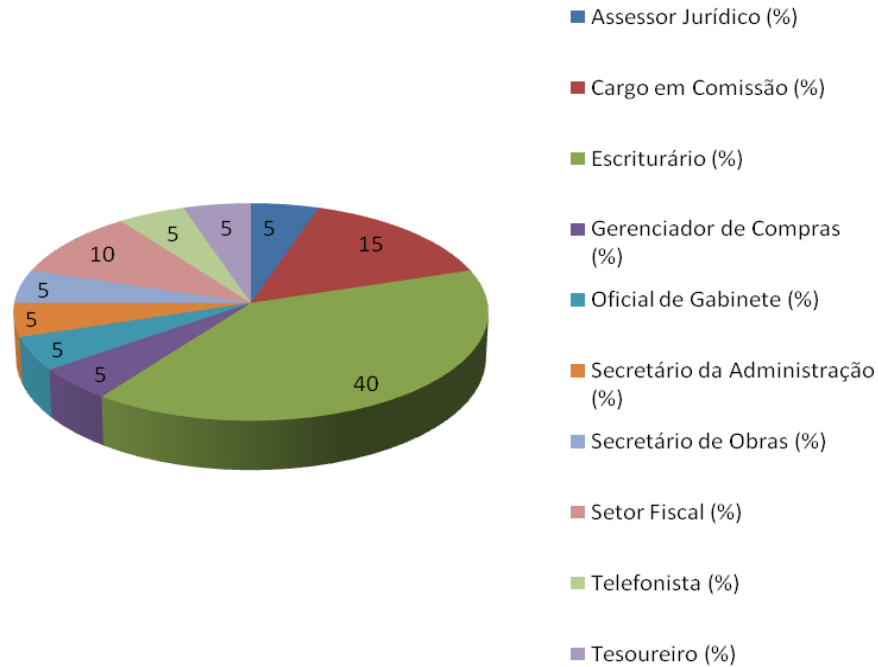


Figura 4: Gráfico referente ao cargo de quem tem ligação com a administração pública

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Quanto à questão se a sociedade já ouviu falar em prestação de contas, o resultado foi satisfatório. Dentre os entrevistados, 82,86% já ouviram falar em prestação de contas, conforme figura 5. Ainda assim, cabe destacar que há um grupo significativo de 17,14% dos entrevistados que não conhecem ou nunca ouviram falar na prestação de contas municipal. Há desconhecimento em relação à necessidade dos governantes de prestarem satisfações de seus atos.

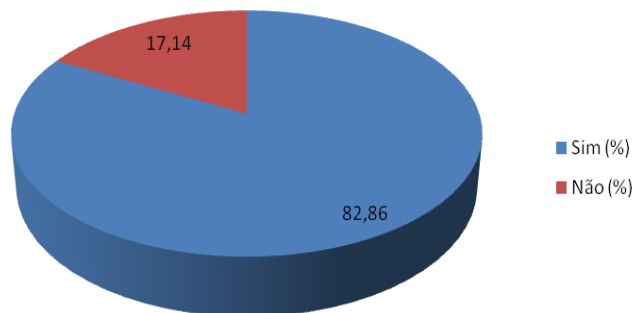


Figura 5: Gráfico referente à questão, “você já ouviu falar em prestação de contas”

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Na questão que se refere ao acompanhamento da prestação de contas, tivemos um maior número de “não”, formando 56,19% , o que representa mais da metade dos entrevistados, conforme visto na figura 6. Nem o valor pago pela população através de impostos e taxas, que é bastante significativo, aparentemente não motiva as pessoas a acompanharem a prestação de contas.

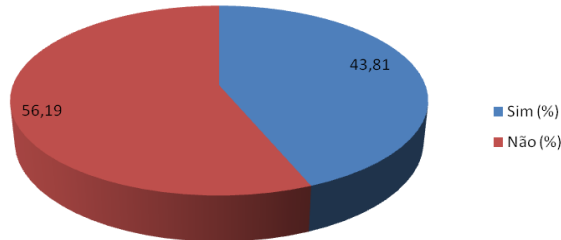


Figura 6: Gráfico referente ao acompanhamento da prestação de contas

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Dos que acompanham e se interessam pela prestação de contas são no total 43,81% dos entrevistados. Desses cidadãos 26,09% buscam a informação através dos jornais, 17,39% através dos murais da entidade pública e 10,87% acompanham pelo rádio. Há também aqueles que se interessam realmente e buscam informação em mais de um lugar, esses assinalaram mais de uma opção no questionário, sendo que 17,39% buscam informações nos jornais e sites, 6,52% recorrem aos sites, jornais e no mural da entidade e 4,35% buscam informações de todas as alternativas possíveis, pelos sites, jornais, rádio e mural da entidade, conforme demonstrado na figura 7.

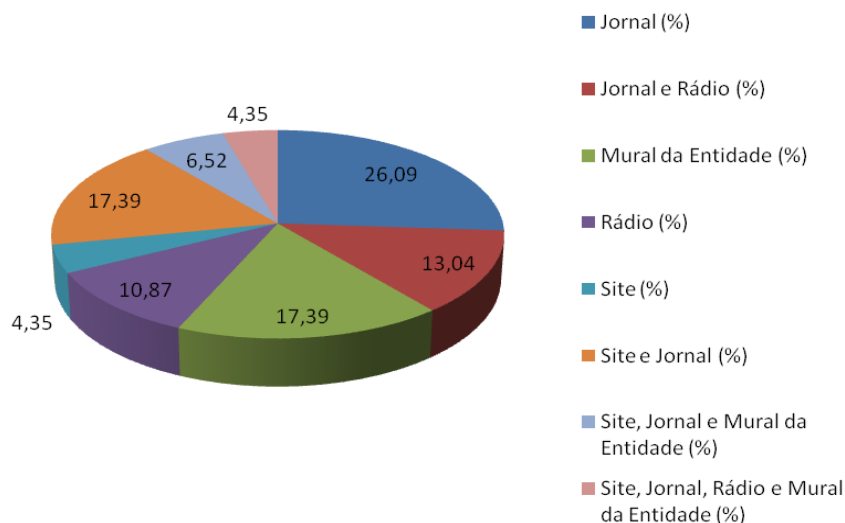


Figura 7: Gráfico referente à forma utilizada para acompanhar a prestação de contas

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Quando questionado sobre o motivo que leva o cidadão a acompanhar a prestação de contas do município, 42,11% para avaliar as condições financeiras, 31,58% para fiscalizar a aplicação de recursos públicos, seguido de 17,54% dos que acompanham por interesse na área pública, conforme demonstrado na figura 8. O que chama a atenção nessa questão, é que tivemos duas alternativas que são destacadas como curiosidade e para a escolha de um prefeito melhor na próxima eleição. Essas respostas tiveram um percentual pequeno, mas não podemos deixar de considerar, pois isso mostra que a população acompanha de certa forma o que acontece na instituição pública, conforme demonstrado na figura 8.

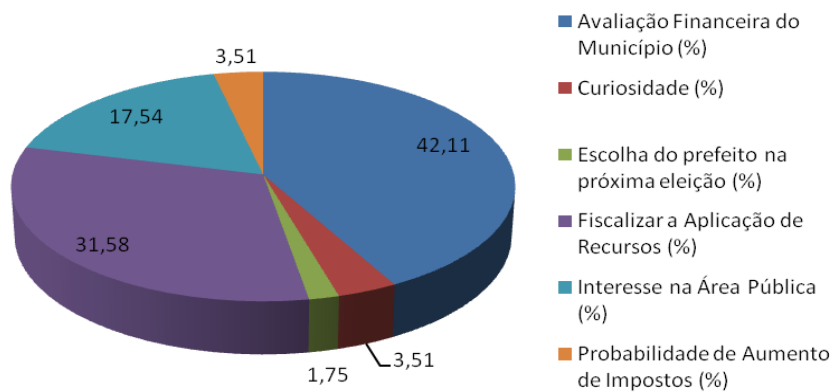


Figura 8: Gráfico referente ao motivo que leva a acompanhar a prestação de contas

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Quando perguntado quanto aos conhecimentos de contabilidade pública, conforme figura 9, 43,81% dizem ter conhecimento, enquanto a maioria dos entrevistados, 56,19%, não tem conhecimento de contabilidade pública. Isso reflete o despreparo da população quanto à capacidade da interpretação dos relatórios, sendo que a linguagem dos balanços e relatórios pode dificultar o interesse, já que utiliza termos técnicos de contabilidade.

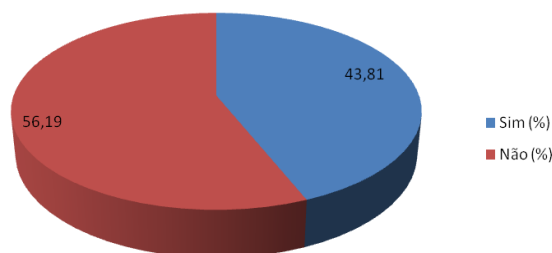


Figura 9: Gráfico sobre o conhecimento de contabilidade pública

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Dos que tem conhecimentos em contabilidade 41,18% adquiriu esse conhecimento através de formação acadêmica, 35,29% através do conhecimento adquirido pelo trabalho e 19,61% através de leituras de periódicos como jornais e revistas, conforme nos demonstra a figura 10.

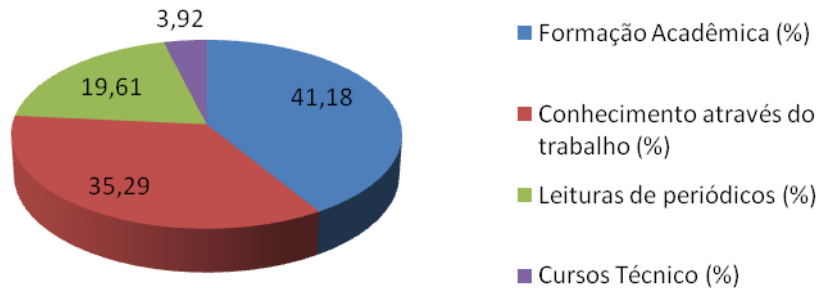


Figura 10: Gráfico sobre a forma que adquiriu o conhecimento sobre contabilidade pública

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Na questão referente ao uso de relatórios contábeis, temos um número bastante desproporcional, pois 72,38% não utilizam relatórios para análise da prestação de contas, o que é um número significativo, visto que a forma como os governantes prestam contas dos seus atos de gestão é através dos mesmos. Em contraponto, temos um número de 27,62% dos entrevistados que utilizam esses instrumentos. Pode-se conferir o resultado desta questão através da figura 11.

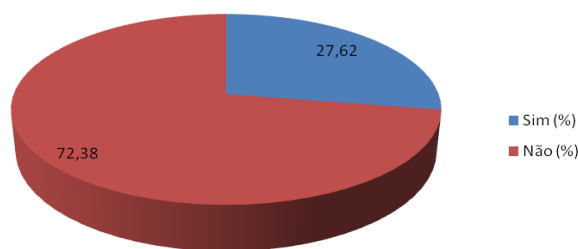


Figura 11: Gráfico referente à utilização dos relatórios contábeis

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Cabe ressaltar que os relatórios contábeis em sua essência deveriam ter uma linguagem que fosse compreensível aos usuários da informação contábil, visto que grande parte dos usuários não tem conhecimento técnico. Dos que utilizam os relatórios contábeis, 47,62% utilizam para acompanhamento dos balanços públicos. O RREO e o RGF ambos são acompanhados por 26,19% da população, sendo que

daqueles que utilizam esses relatórios 62,50% são ligados à administração pública. Os 38,50% restantes são cidadão que têm interesse pela acompanhamento dos relatórios, principalmente para avaliar as condições financeiras do município e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos que são para o bem comum, conforme figura 12.

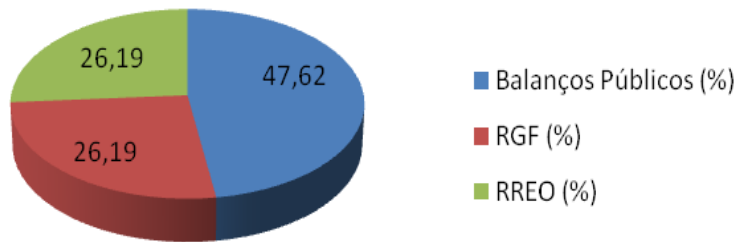


Figura 12: Gráfico referente a quais relatórios são utilizados

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Desses que não utilizam os relatórios contábeis, os motivos destacados foram, 46,15% desconhecem os relatórios, 20,51% dizem ter dificuldade de acesso aos mesmos e 16,67% dizem que são de difícil compreensão. Outros, na sua minoria, por falta de tempo e interesse, ambos com 7,69%, e 1,28% por não ser sua área de atuação, conforme figura 13.

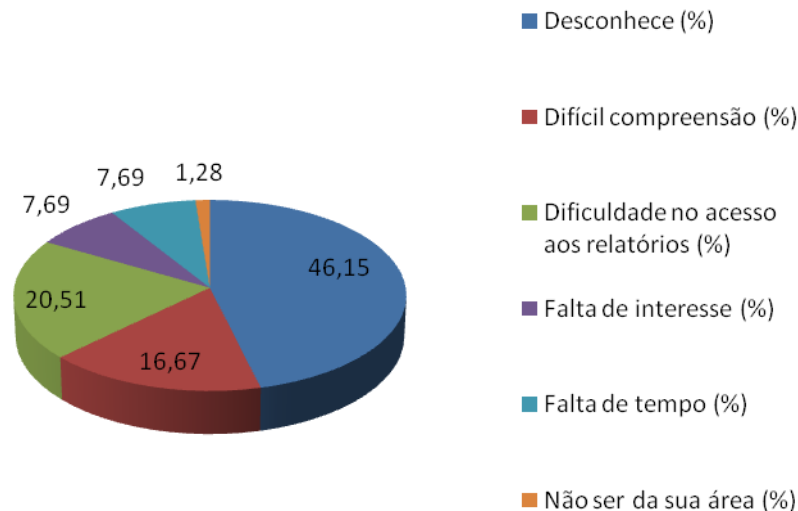


Figura 13: Gráfico referente ao motivo de não usar os relatórios contábeis

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Quando perguntado se a sociedade participa das assembleias, a resposta é espantosa, conforme demonstrado na figura 14, pois 83,81% das pessoas

questionadas não participam das assembleias e nem fazem questão; 13,33% participam eventualmente e 2,86% participam das assembleias. Dessa forma, com um número reduzido de participantes nas assembleias, a sociedade fica sem representação popular que muitas vezes faz a diferença na votação de um projeto de lei, por exemplo.

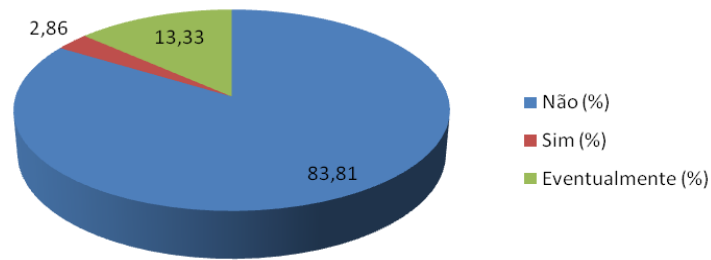


Figura 14: Gráfico referente à participação em assembleias

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no questionário aplicado.

Com a demonstração dos gráficos acima, podemos entender melhor os resultados obtidos através da aplicação do questionário, pois com a visualização gráfica fica mais clara a interpretação das questões.

6 CONCLUSÃO

Vivemos em constante movimento e não se pode deixar de observar o que acontece ao nosso redor. Às vezes, com simples ações conseguimos dar novos rumos as coisas que acontecem no nosso cotidiano.

O objetivo desse trabalho era verificar qual o interesse que a população pradense tem em relação à prestação de contas no município de Antônio Prado, com o intuito de analisar se a sociedade está a par do que acontece com a gestão pública e se a mesma tem os conhecimentos necessários para analisar os relatórios publicados.

A partir do que foi observado pode-se concluir que grande parte da população acompanha a prestação de contas. Os que não acompanham alegam não compreender os balanços, pois os mesmos utilizam uma linguagem de difícil compreensão, outros por desinteresse em saber como andam as finanças do município, visto que os balanços ficam à disposição da sociedade por meios dos murais, jornais e por meio eletrônico.

É plausível supor que os resultados do questionário foram satisfatórios, pois se consegue identificar o perfil da população que acompanha a prestação de contas e qual o motivo que leva a acompanhá-la. Percebeu-se também que nem todos que trabalham na instituição pública têm interesse em acompanhar a prestação de contas, já que o acesso é mais fácil a eles do que ao restante da população. Foi observado também que a maior fonte de busca da prestação de contas é o jornal e o mural da entidade pública.

Com a análise, buscou-se atingir uma gama variada de cidadãos, abrangendo diversas áreas de atuação e variados graus de instrução. Pode-se observar que a maioria dos questionados já ouviu falar em prestação de contas, porém a maioria não a acompanha. Observou-se também que, os que acompanham, o fazem através dos jornais, murais da entidade e pelo rádio.

Com a análise se pode perceber também, que o cidadão acompanha a prestação de contas para avaliar as condições financeiras e fiscalizar a aplicação de recursos públicos, sendo que desses que acompanham, menos da metade tem conhecimentos de contabilidade, o que dificulta a análise dos balanços publicados. Dos que acompanham menos de trinta por cento da população utiliza os balanços e relatórios para analisar a prestação de contas. Dos que não acompanham os

motivos apontados foram o desconhecimento dos mesmos, a dificuldade no acesso e a difícil compreensão.

Sendo assim, pode-se perceber que os objetivos do trabalho foram alcançados, pois grande parte da sociedade civil já ouviu falar em prestação de contas, mas nem todos têm interesse em saber o que acontece com as verbas destinadas ao município, já que o dinheiro destina-se ao bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*. 3. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

BEUREN, Ilse Maria. *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

_____. Censo 2010 referente à cidade de Antônio Prado. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430080>> Acesso em: 01 mai 2011.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 15 ed. São Paulo: Globo, 2000.

_____. Histórico do Município de Antônio Prado. Disponível em: <<http://www.antonioprado.com.br>> Acesso em: 18 abr 2011.

_____. Histórico do Município de Antônio Prado. Disponível em: <http://www.famurs.com.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=111> Acesso em: 18 abr 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KOHAMA, Hélio. *Balanços Públicos: teoria e prática*. 2. ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

_____. *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.html> Acesso em: 18 mar 2011.

_____. *Lei Complementar n° 101 de 04 de maio de 2000*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp> Acesso em: 10 abr 2011.

MILESKI, Hélio Saul. *O controle da gestão pública*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

_____. *Portaria STN n° 249, de 30 de Abril de 2010*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/port_249/Port_STN_249_30042010_MDF.pdf> Acesso em: 08 mai 2011.

_____. *Portaria STN n° 665, de 30 de Novembro de 2010*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Port_665_2010.pdf> Acesso em: 08 mai 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 44 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Resolução CFC n° 1.133/08*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/download/RES_CFC_11332008_NBC_T166_Demonstracoes_Contabeis.pdf> Acesso em: 16 mai 2011.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal*. 2. ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

ANEXO A: QUESTIONÁRIO APLICADO À SOCIEDADE CIVIL**QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS**

Sou aluna do curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul. Este questionário para levantamento de dados tem a finalidade de responder às questões referentes ao meu trabalho final intitulado “Estudo sobre o interesse da sociedade civil em relação à prestação de contas do município de Antônio Prado - RS”, com isso, gostaria que você respondesse às questões abaixo.

Idade_____

Profissão_____

1. Qual o seu grau de instrução:

- () Ensino fundamental
- () Ensino médio
- () Ensino superior em andamento
- () Ensino superior completo
- () Pós-Graduação
- () Outro_____

2. Você é ligado à administração pública do município de Antônio Prado? Se sim, qual o cargo.

- () Sim _____
- () Não

3. Você já ouviu falar em “Prestação de Contas Municipal”?

- () Sim
- () Não

4. Você acompanha à prestação de contas, e o desempenho do governo municipal? Se sim, indique as alternativas que você usa para acompanhá-las.

Sim Não

- Sites
- Jornais
- Rádios
- Murais da entidade pública
- Outros_____

5. Se sua resposta na questão 4 for sim, qual o motivo que o leva a acompanhar e se interar da prestação de contas?

- Para avaliar as condições financeiras do município
- Acompanhar a probabilidade de aumento dos impostos
- Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos
- Por interesse na área pública
- Outro_____

6. Você tem conhecimentos de contabilidade pública ou outros que permitem que você faça avaliações das prestações de contas? Se sim, de que forma você adquiriu esse conhecimento?

Sim Não

- Formação acadêmica
- Aprendizado através do cotidiano
- Leituras individuais
- Outros_____

7. Você utiliza alguns desses relatórios contábeis abaixo para acompanhar a Gestão Pública Municipal? Se sim, quais?

- | | |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| <input type="checkbox"/> Relatório Resumido da Execução Orçamentária | <input type="checkbox"/> Desconhece |
| <input type="checkbox"/> Relatório de Gestão Fiscal | <input type="checkbox"/> Dificil compreensão |
| <input type="checkbox"/> Balanços Públicos | <input type="checkbox"/> Dificuldade no acesso aos relatórios |
| <input type="checkbox"/> Outros_____ | <input type="checkbox"/> Outros_____ |

8. Você participa das assembléias que acontecem toda semana na câmara de vereadores.

Sim

Não

Eventualmente

Muito obrigada

Adriane Piazza

ANEXO B: MODELO DE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONFORME A STN 665/2010

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO:

PERÍODO (MÊS):

DATA DE EMISSÃO:

PÁGINA:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES				
RECEITA TRIBUTÁRIA				
Impostos				
Taxas				
Contribuição de Melhoria				
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				
Contribuições Sociais				
Contribuições Econômicas				
RECEITA PATRIMONIAL				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Receita de Concessões e Permissões				
Outras Receitas Patrimoniais				
RECEITA AGROPECUÁRIA				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
RECEITA INDUSTRIAL				
Receita da Indústria de Transformação				
Receita da Indústria de Construção				
Outras Receitas Industriais				
RECEITA DE SERVIÇOS				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
Multas e Juros de Mora				
Indenizações e Restituições				
Receita da Dívida Ativa				
Receitas Correntes Diversas				
RECEITAS DE CAPITAL				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
ALIENAÇÃO DE BENS				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Outras Instit. Públicas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
Integralização do Capital Social				
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e				
Financ.				
Restituições				
Receitas de Capital Diversas				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)				
REFINANCIAMENTO (II)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)				
DEFICIT (IV)				-
TOTAL (V) = (III + IV)				-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-			-
Superávit Financeiro				
Reabertura de créditos adicionais				

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA OUTRAS DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSÕES FINANCEIRAS AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA RESERVA DE CONTINGÊNCIA RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII) Amortização da Dívida Interna Dívida Mobiliária Outras Dívidas Amortização da Dívida Externa Dívida Mobiliária Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)						
SUPERÁVIT (IX)				-	-	-
TOTAL (X) = (VII + IX)						

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA OUTRAS DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSÕES FINANCEIRAS AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
TOTAL						

ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA OUTRAS DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSÕES FINANCEIRAS AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
TOTAL					

ANEXO C: MODELO DE BALANÇO FINANCEIRO - CONFORME A STN 665/2010

Anexo 13 - Balanço Financeiro

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO: PERÍODO (MÊS): DATA DE EMISSÃO: PÁGINA:

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Receita Orçamentária (I) Ordinária Vinculada Previdência Social Transferências obrigatórias de outro ente Convênios (...) (-) Deduções da Receita Orçamentária			Despesa Orçamentária (VI) Ordinária Vinculada Previdência Social Transferências obrigatórias de outro ente Convênios (...)		
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Recebimentos Extra-Orçamentários (III)			Pagamentos Extra-Orçamentários (VIII)		
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		

ANEXO D: MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL - CONFORME A STN 665/2010

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO:

PERÍODO (MÊS):

DATA EMISSÃO:

PÁGINA:

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		
Créditos a Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		
Investimentos Temporários			Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Estoques			Demais Obrigações a Curto Prazo		
VPD Pagas Antecipadamente			Provisões a Curto Prazo		
ATIVO NAO-CIRCULANTE			PASSIVO NAO-CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		
Créditos a Longo			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			Fornecedores a Longo Prazo		
Investimentos Temporários a Longo Prazo			Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Estoques			Demais Obrigações a Longo Prazo		
VPD Pagas Antecipadamente			Provisões a Longo Prazo		
Investimentos			Resultado Diferido		
Participações Permanentes					
Demais Investimentos Permanentes					
(-) Redução ao Valor Recuperável					
Imobilizado			TOTAL DO PASSIVO		
Bens Moveis					
Bens Imóveis			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Acumuladas			Patrimônio Social e Capital Social		
(-) Redução ao Valor Recuperável			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
Intangível			Reservas de Capital		
Softwares			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			Reservas de Lucros		
Direito de Uso De Imóveis			Demais Reservas		
(-) Amortização Acumulada			Resultados Acumulados		
(-) Redução ao Valor Recuperável			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
TOTAL			TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO		
			TOTAL		

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO		
ATIVO PERMANENTE			PASSIVO PERMANENTE		
SALDO PATRIMONIAL					

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
TOTAL			TOTAL		

Anexo 1: Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
 DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: PERÍODO (MÊS): DATA EMISSÃO: PÁGINA:

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Ordinária Vinculada Previdência Social Transferências obrigatórias de outro ente Convênios (...)	
TOTAL	

**ANEXO E: MODELO DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- CONFORME A STN 665/2010**

Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO: PERÍODO (MÊS): DATA EMISSÃO: PÁGINA:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos Taxas Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico Contribuição de Iluminação Pública Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias Venda de Produtos Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos Juros e Encargos de Mora Variações Monetárias e Cambiais Descontos Financeiros Obtidos Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras		
Transferências Recebidas		
Transferências Intra Governamentais Transferências Inter Governamentais Transferências das Instituições Privadas Transferências das Instituições Multigovernamentais Transferências de Consórcios Públicos Transferências do Exterior Transferências de Pessoas Físicas		
Valorização e Ganhos com Ativos		
Reavaliação de Ativos Ganhos com Alienação Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Resultado Positivo de Participações Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos		
Remuneração a Pessoal Encargos Patronais Benefícios a Pessoal Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		

Benefícios Previdenciários		
Aposentadorias e Reformas Pensões Outros Benefícios Previdenciários		
Benefícios Assistenciais		
Benefícios de Prestação Continuada Benefícios Eventuais Políticas Públicas de Transferência de Renda Outros Benefícios Assistenciais		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo Serviços Depreciação, Amortização de Exaustão		
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos Juros e Encargos de Mora Variações Monetárias e Cambiais Descontos Financeiros Concedidos Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras		
Transferências Concedidas		
Transferências Intra Governamentais Transferências Inter Governamentais Transferências a Instituições Privadas Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Consórcios Públicos Transferências ao Exterior		
Desvalorização e Perda de Ativos		
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas Perdas com Alienação Perdas Involuntárias		
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações Resultado Negativo de Participações Variações Patrimoniais Diminutivas de Instituições Financeiras Equalizações de Preços e Taxas Participações e Contribuições Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		
Resultado Patrimonial Do Período		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo		
Desincorporação de passivo		
Incorporação de passivo		
Desincorporação de ativo		

ANEXO F: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prefeitura Municipal de Antonio Prado - RS
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2010/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII		R\$ 1,00			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre		Até o bimestre	
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita		-		20.107.400,00	
Previsão Atualizada da Receita		-		20.107.400,00	
Receitas Realizadas		4.760.636,79		21.965.350,97	
Déficit Orçamentário				-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		-		1.149.934,99	
DESPESAS					
Dotação Inicial		-		20.107.400,00	
Créditos Adicionais		-		3.390.064,18	
Dotação Atualizada		-		23.497.464,18	
Despesas Empenhadas		2.776.377,91		19.606.988,35	
Despesas Executadas				19.606.988,35	
Liquidadas				19.606.988,35	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00	
Superávit Orçamentário				2.358.362,62	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		2.776.377,91		19.606.988,35	
Despesas Executadas				19.606.988,35	
Liquidadas				19.606.988,35	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida				20.324.735,09	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre		Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		541.642,00		2.489.454,07	
Despesas Previdenciárias Executadas(V)					
Liquidadas		171.686,57		666.702,28	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		369.955,43		1.822.751,79	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação a Meta	
		(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal		-128.166,00	-711.007,91	554,76	
Resultado Primário		-116.001,00	3.220.520,91	-2776,29	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Poder Executivo		181.459,84	0,00	181.459,84	0,00
Poder Legislativo		174.929,83	0,00	174.929,83	0,00
Poder Judiciário		6.530,01	0,00	6.530,01	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					
Poder Executivo		101.330,75	0,00	101.330,75	0,00
Poder Legislativo		101.330,75	0,00	101.330,75	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		282.790,59	0,00	282.790,59	0,00

Prefeitura Municipal de Antonio Prado - RS
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2010/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII		R\$ 1,00			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais			
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre		
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		30%			
Liquidadas	4.872.973,26		28,35		
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00		
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL		60%			
Liquidadas	1.385.594,02		75,38		
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito		0,00	0,00		
Despesa de Capital Líquida		2.102.859,91	1.689.039,54		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias (IV)		2.002.385,29	3.077.702,00	4.375.344,00	5.120.713,00
Despesas Previdenciárias (V)		591.335,74	1.269.809,00	3.139.492,00	4.255.417,00
Resultado Previdenciário (IV-V)		1.411.049,55	1.807.893,00	1.235.852,00	865.296,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	20.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual			
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.670.739,20	15%	15,81		
Liquidado	2.670.739,20				
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00				
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)					

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

O Relatório Resumido de execução Orçamentaria do bimestre NOVEMBRO/DEZEMBRO de 2010, bem como os Relatórios de Gestão Fiscal do Segundo Semestre de 2010, encontram-se afixados no Atrio da Prefeitura Municipal, bem como disponibilizados no site www.antonioprado.com.br

Evandro Zanotto	Clarice Zancan de Souza	Marcos Scopel
Contador	Secr Mun da fazenda	Prefeito Municipal
CRC/RS 058118/O-4	CPF: 6955090180-15	CPF: 281850640/91

ANEXO G: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Prefeitura Municipal de Antonio Prado - RS
 Relatório de Gestão Fiscal - Consolidado
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Até o 3º Quadrimestre de 2010

LRF, Art. 48 - Anexo VII R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	8.473.798,44	41,69
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60,00	12.194.841,05	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 57,00	11.585.099,00	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.335.621,75	6,57
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	24.389.682,11	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.471.441,72	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	3.251.957,61	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.422.731,46	7,00
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total	-	12.902.367,51

FONTE:

Evandro Zanotto
 Contador
 Reg.CRC/RS 058118

Clarice Zancan de Souza
 Secretária Mun.da Fazenda
 CPF: 695090180-15

Marcos Scopel
 Prefeito Municipal
 CPF: 281850640/91

Prefeitura Municipal de Antônio Prado - RS - Poder Legislativo
 Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 Até o 3º Quadrimestre de 2010

LRF, Art. 48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	393.007,63	1,93
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	1.219.484,11	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	1.158.509,90	5,70
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
<u>Valor Total</u>	-	-

FONTE:

O Relatório Simplificado de Gestão Fiscal do legislativo até o 2º semestre de 2010, encontra-se afixado no Átrio da Prefeitura Municipal, bem como disponibilizado no site: www.antonioprado.com.br

Evandro Zanotto
 Contador
 Reg.CRC/RS 058118

Clarice Zancan de Souza
 Secretária Mun.da Fazenda
 CPF: 695090180-15

Gilmar Antônio Soares
 Presidente da Câmara
 CPF: 510211610/04